

ANÁLISE DA REFORMA TRIBUTÁRIA

ANO 4 • 89^a EDIÇÃO

BRASÍLIA,
09 DE MARÇO DE 2023



Debates sobre a Reforma Tributária prosseguem no Legislativo e Executivo

Com a instalação do grupo de trabalho, no âmbito da Câmara dos Deputados, destinado a consolidar o texto da Reforma Tributária, os debates sobre o que irá figurar na proposta têm se intensificado.

Ainda, o Poder Executivo Federal tem atuado fortemente para apresentar seu posicionamento para a proposição, enquanto os governos estaduais e municipais se articulam para garantir que o texto não reduza suas arrecadações.

No boletim de análise da Reforma Tributária desta semana, iremos tratar dos temas acima, bem como o trabalho desenvolvido pelo Sistema OCB nas últimas semanas para garantir um sistema tributário justo às cooperativas.



MEMBROS DO GT DA REFORMA TRIBUTÁRIA

As reuniões do GT da Reforma Tributária

O grupo de trabalho que vai analisar a Reforma Tributária **já realizou seis reuniões**.

O plano de trabalho foi estipulado da seguinte forma:

06 a 10/03: Apresentação das PECs nº 45 e 110, de 2019

13 a 17/03: Diagnóstico do sistema tributário atual

20 a 24/03: Melhores práticas internacionais de tributação sobre o consumo

27 a 31/03: Reforma sob a perspectiva federativa

03 a 06/04: Reforma sob a perspectiva setorial

10 a 14/04: Reforma sob a perspectiva distributiva

17 a 20/04: Reforma sob a perspectiva da economia digital e economia verde

24 a 28/04: Reforma sob a perspectiva da administração pública

16/05: Apresentação da proposta do Grupo de Trabalho

Durante as datas acima listadas, o GT irá realizar uma **série de audiências públicas, seminários e visitas setoriais para permitir a participação da sociedade civil organizada no desenvolvimento da proposição da Reforma Tributária**.



90% do conteúdo das PEC 45 e 110 já estão aglutinadas, segundo o GT



68% dos deputados acreditam na aprovação da Reforma Tributária esse ano*



Reginaldo Lopes (MG)
Coordenador



Aguinaldo Ribeiro (PB)
Relator



Saullo Vianna (AM)
Membro



Mauro Benevides (CE)
Membro



Glaustin da Fokus (GO)
Membro



Newton Cardoso (MG)
Membro



Ivan Valente (SP)
Membro



Jonas Donizette (SP)
Membro



Sidney Leite (AM)
Membro



Luiz Orleans (SP)
Membro



Vitor Lippi (SP)
Membro



Adail Filho (AM)
Membro

A movimentação do Sistema OCB

Nas últimas semanas, o Sistema OCB focou sua atuação na Reforma Tributária nas seguintes frentes:



Mobilização para que o setor cooperativista participe das audiências e consultas públicas realizadas pelo GT da Reforma Tributária.



Realização de reuniões com atores-chave do Poder Executivo:
➢ Guilherme Mello, Secretário de Política Econômica
➢ Bernard Appy, Sec. Extraordinário da Reforma Tributária



Consolidação da emenda que será apresentada sobre o Ato Cooperativo que atenda a todos os setores econômicos do movimento cooperativista.



Atualização do kit de comunicação do Sistema OCB para compartilhamento do nosso posicionamento sobre o Ato Cooperativo na reforma.

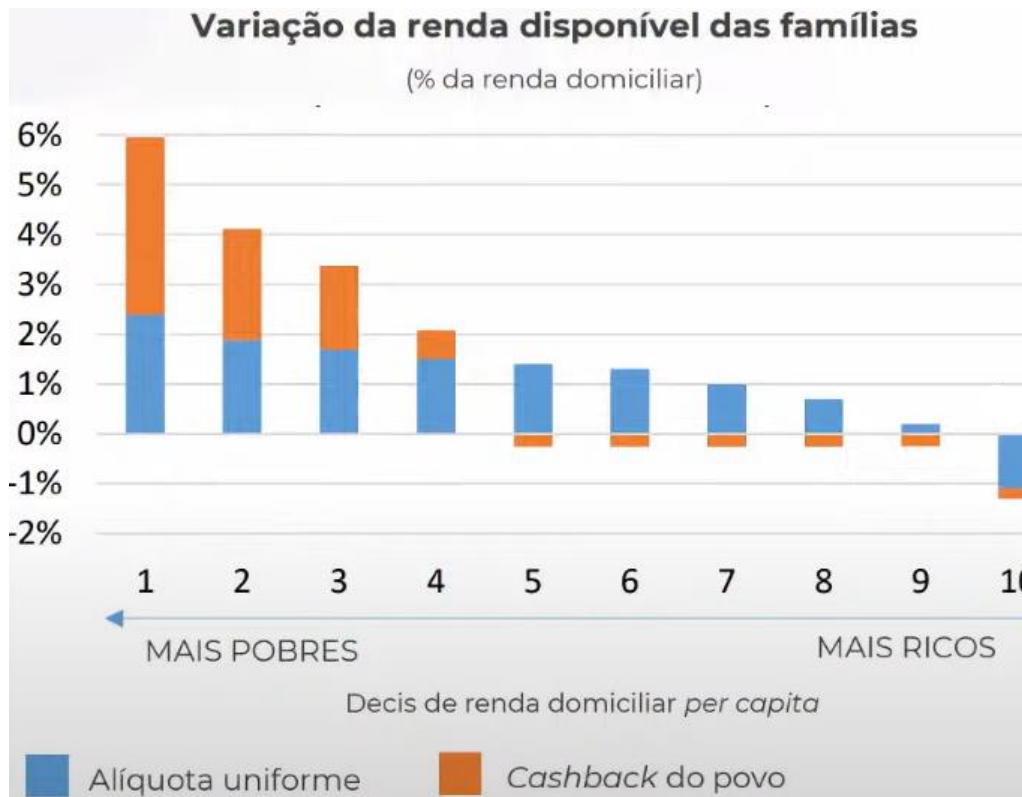
A movimentação do Poder Executivo Federal

Pelo lado do Governo Federal, o Ministério da Fazenda tem despendido intensa movimentação da defesa da Reforma Tributária e apresentação de suas contribuições. **O Secretário Extraordinário da Reforma Tributária participou ontem (08/03) do GT da Reforma Tributária e apresentou sua proposta de cashback para famílias de menor renda**, com o objetivo de resolver o entrave do fim da desoneração da cesta básica:



Segundo Appy, a metodologia de cashback e a **porcentagem da população que o receberá deve ser regulamentado por Lei Complementar**, após a aprovação da reforma. Você pode acompanhar toda a reunião de ontem [por esse link](#).

PROPOSTA APRESENTADA POR BERNARD APPY



A movimentação dos Estados e Municípios

Outra questão atualmente tratada tanto pelo Poder Executivo Federal, quanto pelo Congresso Nacional é o receio de que os municípios, com a extinção do ISS, tenham redução em sua fatia da arrecadação tributária.

Além disso, os grande municípios (+ de 100 mil habitantes) temem que, com a arrecadação tributária no local de destino do produto/serviço, haja também outra redução da arrecadação tributária, pois um bem/serviço originado em uma capital e consumido em outro município teria seu imposto pago no município que houve o consumo.

Para resolver esses entraves, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se comprometeu a **aumentar o espaço de participação dos estados e municípios nos debates da Reforma Tributária, na busca de um consenso entre a União, estados e municípios.**

ATORES-CHAVE REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS



Edvaldo Nogueira –
Frente Nacional de
Prefeitos



Paulo Ziulkoski –
Confederação Nacional de
Municípios



Ricardo Nunes – Prefeito
de São Paulo



Eduardo Paes –
Prefeito do Rio de Janeiro



Ary Vanazzi – Associação
Brasileira de Municípios

O posicionamento do setor agropecuário

A criação de uma alíquota única sem considerar a natureza diversa dos bens e serviços, sem levar em conta as particularidades dos diferentes sistemas de produção e sem diferenciar itens que são essenciais, trará aumentos de preços dos alimentos, que hoje são desonerados.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se reuniu com o GT da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados no dia 28/02. Dentre os pontos levantados, foi **ressaltada a importância da setorização das alíquotas tributárias a partir de essencialidade do produto/serviço**.



Acesse as edições anteriores.



Acompanhe nosso trabalho em:



sistemaocb